

## DISPENSA 54/2019

**OBJETO:** Contratação de 03 (três) Técnicos de enfermagem do SAMU, para prestarem serviços junto ao Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 - Candelária em regime de plantão 24X72h, conforme determinação da Secretaria Municipal da Saúde.

**CONTRATADOS:** **EDER FRANCISCO DUTRA PRIEBE**, COREN 107.260, CPF nº 932.162.200/44, RG nº 1073063461, residente na Rua Francisco José Zapp, nº 330 Bairro Santo Antonio- Cerro Branco-RS CEP-96.535-000; **FABIO GARSKE MADRID**, COREN 402.794, CPF nº 694.260.400-30, RG nº 3049714532, residente na R. Botucaraí nº 1293, Bairro Centro, em Candelária e **GERSON CLOVIS VEY**, COREN 952.636, CPF nº 664.139.660-68, RG nº 1073063461, residente na Av. 12 de Maio, nº 154 Bairro centro- Cerro Branco-RS CEP-96.535-000.

**VALOR E PAGAMENTO:** Cada contratado fará jus ao valor mensal de R\$2.154,77 (dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), totalizando a importância de R\$ 12.928,62 (doze mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos) para cada.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 07 001 2052 3339036 4501.

**PRAZO DO CONTRATO:** O prazo do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias a contar do dia seguinte da assinatura deste, podendo ser rescindido assim que houver a conclusão do novo Processo Seletivo Simplificado e/ou Concurso Público.

**DA FISCALIZAÇÃO:** A fiscalização ficará a cargo do servidor Nelcindo de Melo Vargas.

**JUSTIFICATIVA:** Justifica-se pelo Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93, que dispõe de dispensa de licitação *“nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas...”*.

**FUNDAMENTO:** Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

Candelária, 19 de junho de 2019.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
Prefeito Municipal



Esta Dispensa de Licitação nº 54/2019 foi revisada em 21 de junho de 2019, e está de acordo com a legislação, considerando, para tanto, **a)** a pendência de realização de concurso público de provas ou provas e títulos, para provimento de cargos efetivos, bem como de processo seletivo público, de provas ou provas e títulos, para a contratação temporária de excepcional interesse público, esta última na hipótese prevista no art. 37, inciso, IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; **b)** a impossibilidade de interrupção total ou parcial do desempenho de atividades do serviço público respectivo, que são prestadas à população e seus usuários, tendo em vista **b.1)** a vedação constante no “princípio da continuidade dos serviços públicos”, que guarda íntima relação com o “princípio da supremacia do interesse público”, o qual pretende que a coletividade não sofra prejuízos em razão de eventuais interesses particulares; **b.2)** a intangibilidade do mínimo existencial; e, **b.3)** a proibição do retrocesso social como obstáculo constitucional à frustração e ao inadimplemento, pelo poder público, de direitos prestacionais (ambas em inteligência à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do ARE 639337 AgR); mormente **c)** a necessidade de neutralizar a ocorrência de risco que possa comprometer, de modo grave e/ou irreversível, a continuidade da execução de políticas públicas ou a prestação de serviços essenciais à coletividade, a fim de que estas Procuradoras não venham a responder por omissão.

**TANAELA ELLWANGER MULLER**  
Subprocuradora do Município  
OAB-RS Nº 86.371

**FRANCIÉLE SCHRÖDER**  
Procuradora-Geral do Município  
OAB-RS 95.508



## ANEXO I

### CONTRATO -----/2019

Contrato que celebram entre si o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** e o **SR. ....**, conforme a Dispensa de Licitação nº 54/2019 e a Lei de Licitações nº 8.666/93.

O **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Pereira Rego, 1665, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 87.568.911/0001-06, por seu representante legal, o **Sr. PAULO ROBERTO BUTZGE**, Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, o Sr. ...., COREN ....., CPF nº ....., RG nº ....., residente na ....., doravante denominada **CONTRATADO**, celebram o presente contrato com as seguintes cláusulas e condições:

#### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Pelo presente Contrato, o **CONTRATADO**, se compromete a realizar serviços de técnico de enfermagem do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 em regime de plantão 24x72h, conforme determinação da Secretaria Municipal da Saúde.

#### DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente contrato vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do da seguinte da assinatura deste, com possibilidade de rescisão antecipada assim que houver a conclusão no novo Processo Seletivo Simplificado e/ou concurso público.

#### DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O **CONTRATADO** receberá mensalmente pela prestação dos serviços, o valor de R\$2.154,77 (dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), totalizando a importância de R\$ 12.928,62 (doze mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos).

#### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**CLÁUSULA QUARTA** - As despesas do presente contrato correrão por conta da rubrica: 07 001 2052 3339036 4501.



## DA RESCISÃO

**CLÁUSULA QUINTA** – O não cumprimento de qualquer uma das Cláusulas e/ou condições estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelecem os artigos 58, inc. II, 77, 78 e 79 da lei 8.666/93.

## DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

**CLÁUSULA SEXTA** - Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

**Parágrafo Primeiro:** Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

**Parágrafo Segundo:** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**Parágrafo Terceiro:** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**Parágrafo Quarto:** As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

## DA FISCALIZAÇÃO

**CLÁUSULA OITAVA** - A fiscalização do contrato ficará sob responsabilidade do servidor NELCINDO DE MELO VARGAS.

## DOS ANEXOS

**CLÁUSULA NONA** - Fazem parte integrante desse contrato, independente de reprodução, a proposta pela Contratada, bem como a Dispensa de Licitação nº 54/2019 e seus anexos.



## DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**CLÁUSULA DÉCIMA:** É dispensável a licitação com fulcro no art. 24, IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Fica eleito o Foro da Comarca de Candelária para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir do presente Contrato.

E por estarem assim acordados, para todos os efeitos legais, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma.

Candelária, .. de junho de 2019.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**

Prefeito Municipal

.....

Contratado

Testemunhas :

NOME:

NOME:

RG.:

RG.:

ASS.:

ASS.:

